

PEC de Valadares sobre exigência de diploma para jornalista está mais perto da aprovação

A proposta de emenda à Constituição, que retoma a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, PEC 33/09, de autoria do líder do PSB no Senado, Antonio Carlos Valadares (SE), deverá ser colocada em votação na próxima semana, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação deveria ter ocorrido nesta quarta-feira (11), mas a proposta recebeu pedido de vista.

A PEC de Valadares restringe o exercício da profissão de jornalista ao portador de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Exigência essa, suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em julho deste ano, o que levantou uma discussão bastante polêmica na sociedade, em especial, na classe dos jornalistas.

Nesta semana, integrantes da direção da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) encontraram-se com o senador Antonio Carlos Valadares e demais parlamentares da CCJ para reivindicar a aprovação da matéria.

Para o senador sergipiano a proposição é necessária para estabelecer o princípio da igualdade no acesso às profissões. Ainda, que a PEC atende não apenas aos interesses dos jornalistas, mas de outras categorias profissionais que também estariam sob ameaça depois da decisão do STF.

Embora tenha recebido pedido de vista, alguns senadores já se pronunciaram favoráveis à PEC de Valadares. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) já antecipou seu voto, favorável à aprovação da matéria, argumentando que, apesar de grandes jornalistas do passado terem atuado sem diploma, como Roberto Marinho e Assis Chateaubriand, não vê razão para, hoje, se dispensar um requisito exigido para outros profissionais, como médicos, advogados e enfermeiros. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da proposta, declara que "a opção por uma emenda constitucional evita nova discussão sobre a constitucionalidade da matéria e devolve a dignidade aos jornalistas sem restringir a livre manifestação do pensamento, do exercício profissional e da participação ativa de outras profissões nos mais variados meios de comunicação".

Casagrande apresenta 32 emendas para reforma administrativa do Senado

O senador Renato Casagrande (ES) apresentou 32 emendas ao projeto de reforma administrativa elaborado pela Fundação Getúlio Vargas após uma consultoria prestada ao Senado. A contratação do serviço foi autorizada pelo presidente José Sarney depois de denúncias de excessos de gastos e desperdício de dinheiro público praticados na Casa.

O conjunto de emendas foi entregue nesta quinta-feira (12) na Primeira Secretaria do Senado. Entre os pontos mais polêmicos está a exclusão do dispositivo que permite que o salário dos servidores ultrapasse o teto do funcionalismo público, hoje fixado em R\$ 25,7 mil. Segundo Casagrande, isso é inconstitucional e uma Casa como o Senado não pode desobedecer a Constituição brasileira.

Na mesma linha, o parlamentar apresentou outra proposta relativa à fixação de remuneração ou subsídio de servidores. As emendas do senador excluem os 11 artigos que tratam de salários. O parlamentar explica que, pela regra, as gratificações não podem ser criadas por um projeto de resolução, e sim por um projeto de lei. Portanto, mais uma vez a Constituição é ferida.

Outro ponto crítico diz respeito à redução de cargos comissionados na Secretaria-Geral da Mesa e na Diretoria-Geral do Senado. Pela regra atual, mais de 126 cargos de confiança estavam disponíveis para estes órgãos. No entanto, Casagrande considera que isso não faz sentido porque as funções da Mesa e da Diretoria-Geral são extremamente técnicas, de caráter administrativo a serem ocupados preferencialmente por servidores efetivos da Casa. Por outro lado, os comissionados podem ser contratados em atividades ligadas diretamente ao parlamentar, como a presidência, os gabinetes, as lideranças, ou seja, locais onde são necessários profissionais de confiança.

Ajustes

O senador apresentou ainda algumas emendas de correção de redação, ou simplesmente de adequação à realidade. Por exemplo: há um artigo que define a carga horária de trabalho dos servidores e, ao mesmo tempo, estabelece os turnos como sendo de 8h30 às 12h00, e de 14h00 às 18h30. Na prática, estes horários não são cumpridos porque normalmente as atividades legislativas ultrapassam o limite de meio-dia e 18h30. Sendo assim, Casagrande elaborou uma emenda que exclui as sugestões de horários e deixa o turno como sendo de oito horas a serem distribuídas de acordo com a necessidade dos trabalhos no Senado.

Outra emenda sugerida por Casagrande exclui o artigo que não dá direito à licença-maternidade ou paternidade ao funcionário comissionado, o que caracteriza tratamento distinto daquele já conferido pelo Estatuto dos Servidores Públicos para esses casos.

O prazo para a apresentação das sugestões ao projeto de resolução termina nesta sexta-feira (13). A expectativa é de que ele seja colocado em votação até o final deste ano e passe a vigorar em janeiro de 2010.

Valadares participará da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar

O líder do PSB, senador Antonio Carlos Valadares recebeu convite para participar da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, promovida pela FAO, que acontecerá em Roma, Itália, entre os próximos dias 16 e 18.

Valadares foi convidado para o evento pelo seu destaque na defesa do direito à alimentação, em especial, pela apresentação da PEC 47/2003, que inclui o item alimentação no artigo 6º dos direitos sociais previstos pela Constituição.

A matéria foi aprovada em primeiro turno pelo Plenário da Câmara dos Deputados na quarta-feira (4) e, nos próximos dias, deverá ser aprovada em definitivo pelos deputados. A PEC tramita na Câmara desde 2003, quando foi aprovada no Senado.

Valadares confirmou presença na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar.